



***Por que precisamos de Estudos de Género, Feminismos e
Estudos sobre as Mulheres?***

Anália Torres

Texto baseado no discurso de abertura do
1º Congresso Internacional do
CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

Maio de 2016

Como em qualquer domínio científico os estudos de género, feministas e sobre as mulheres têm muitas portas de entrada para poder compreender o que analisam. Os objetos de pesquisa que escolhemos são circunscritos, porque obviamente não podemos estudar todos os aspetos da realidade de uma vez. Mas os objetivos são – ou devem ser - também comuns a qualquer área científica: conhecer a realidade para melhor intervir sobre ela e, direta ou indiretamente, transformá-la.

É isso que se procura fazer tanto, por exemplo, na biologia como nos estudos de género. Investigar formas de combater o cancro é conhecer para intervir sobre os corpos humanos e sobre a nossa qualidade de vida para a melhorar. Estudar as desigualdades de género tem também como objetivo conhecê-las para melhor intervir sobre elas, identificando modos de as combater.

O CIEG é o único centro de investigação inteiramente dedicado aos estudos de Género em Portugal, de criação recente e de acreditação pela nossa entidade científica competente (a FCT). Este é um exemplo do atraso no reconhecimento deste importante campo de estudos no nosso país, **mas não quer** dizer ausência de interesse e de investigação sobre as questões de género, sobre os feminismos ou os estudos sobre as mulheres em Portugal. Em várias universidades e em diversos pontos do país investigadoras e investigadores foram fazendo pesquisa e os seus percursos académicos neste âmbito; publicam-se revistas, promovem-se encontros, embora o seu impacto seja limitado e o reconhecimento pelos pares na comunidade científica marginal.

Razões históricas que têm a ver com o atraso do desenvolvimento científico em Portugal, e com a resistência da ditadura ao desenvolvimento das ciências sociais, em particular, podem contribuir para explicar este começo tardio. Só depois da revolução de Abril de 74 foi possível um impulso criativo nestas áreas.

Muitas e muitos de nós estiveram então envolvidos no processo de crescimento das diferentes disciplinas do campo científico, abrindo licenciaturas, mestrados e doutoramentos, organizando departamentos, mergulhando na pesquisa e nos diferentes



terrenos, fazendo crescer as instituições. Crescimento em muitos casos de baixo para cima, com poucos recursos, mas com liberdade e entusiasmo que constituem uma bela memória.

Outros fatores de certo contribuíram para a continuidade desse atraso, como o sexismo, a desvalorização e a marginalização destas áreas de pesquisa, atraso que se verificou genericamente, de resto, com as ciências sociais no contexto universitário.

Se até agora tem havido algum fechamento na universidade ao reconhecimento pleno da relevância científica dos estudos de género, em contrapartida, os temas da igualdade entre o sexos, da paridade nos cargos políticos, do direito das mulheres ao seu corpo e nomeadamente à IVG, dos direitos LGBT, nomeadamente, do direito das pessoas do mesmo sexo à igualdade no acesso à parentalidade, ao casamento e à reprodução medicamente assistida, estiveram na agenda política portuguesa sobretudo a partir de meados da década de 2000 conhecendo mesmo muito recentemente respostas legislativas positivas.

Sinal de que as reivindicações e a pressão de novas gerações revelam perspectivas mais igualitárias e que souberam conjugar esforços e fazer alianças para lutar e ganhar o reconhecimento de direitos que tardava. Vale a pena frisar, no entanto, que se deve ter cautela, porque os recuos são possíveis como infelizmente as experiências no nosso e em outros países nos têm demonstrado. Sabemos, por outro lado, que o reconhecimento da lei, embora sendo sinal importante, não é por si suficiente para eliminar as resistências no combate à discriminação.

O facto de termos chegado tarde à constituição de um centro de estudos de género não tem só desvantagens. Podemos beneficiar hoje de contributos diversificados, de vozes diferentes, de debates que amadureceram e que nos impelem a rejeitar visões reducionistas ou lógicas mutuamente exclusivas.

E é disso agora que gostaria de vos falar.

Por que precisamos dos estudos de género, dos feminismos e dos estudos sobre as mulheres? Podemos identificar, entre outras, oito razões:

1) Primeira razão: os estudos de género têm sido fundamentais para mudanças de perspetiva nas diferentes áreas científicas. As desigualdades entre homens e mulheres antes naturalizadas e justificadas em termos do determinismo biológico, passaram a ser vistas como socialmente construídas.

Para além das movimentos feministas, foram também as mulheres anónimas, em particular, durante o período da dolorosa guerra colonial de 1961 a 1974 em que Portugal se envolvera, substituindo os homens, nas mais variadas atividades, tanto em empregos qualificados, como nos não qualificados; que reclamaram igualdade de tratamento e participaram ativamente nos movimentos sociais de base no pós 25 de Abril; que se empenharam na frequência do sistema de ensino e que, constituindo a esmagadora maioria dos analfabetos no início do século XX tinham já no seu final níveis de escolaridade média superior à dos seus parceiros masculinos. Foram assim mostrando que a suposta incapacidade intelectual das mulheres era uma história mal contada, com propósitos consciente ou inconscientemente bem definidos: manter a supremacia masculina e o homem como referente neutro universal. Mas esta visão de uma diferença socialmente construída entre os sexos “opostos” e com posições assimétricas de poder foi sendo sofisticada

2) Segunda razão: os estudos de género têm mostrado que homens e mulheres não podem se considerados como categorias duais e internamente homogéneas. Assim, classe, etnia, orientação sexual, idade e geração, condição de deficiência, contexto nacional e global constituem fatores contextuais que condicionam os modos de viver no masculino e no feminino. O que algumas análises sociológicas já vinham mostrando, mas que se tornou muito mais claro com os contributos das correntes feministas e da perspetiva da interseccionalidade.

Muitos estudos revelam, de resto, quando se comparam os dois grupos – homens e mulheres - que as diferenças de opinião entre eles são menores do que as diferenças



existentes dentro de cada uma das categorias: ou seja as diferenças intra-sexos são superiores às diferenças inter-sexos. Conclusão contra-intuitiva, já que na comunicação social, nos media e através do marketing, estamos a ser continuamente bombardeados com as imagens de categorias opostas.

E como considerar idênticas as experiências e os modos de vida, as forma de pensar de uma mulher branca da classe média num país rico europeu e as de uma de uma pessoa, mulher ou homem, pobre, de um país periférico do Sul? Ou como considerar que são idênticas as experiências de vida de pessoas pertencendo à maioria branca heterossexual, das de uma pessoa negra e homossexual ou transexual?

3) Terceira razão: os estudos de género têm mostrado que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que **nós vamos construindo e negociando** ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Esta visão performativa do género é importante porque sublinha a possibilidade de agência e combate a lógicas deterministas – o que se faz também se pode desfazer. É uma perspetiva que abre portas também para a diversidade das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade.

4) Mas será que esta pluralidade de modos de viver, esta diversidade na forma de se fazer “género”, ou de o negociar nas interações sociais, nos permite identificar hierarquias nas formas de “fazer género”? Por que é que se valoriza o que está associado ao masculino, e se desvaloriza o feminino? **Precisamos de estudos de género, quarta razão,** para ser possível associar a perceção das interações sociais e a diversidade às lógicas estruturais onde se distribuem de forma diferenciada, recursos, poderes e direitos e se localizam pessoas no espaço social em relações hierárquicas e assimétricas.

5) Mas como se manifesta o poder? Nas nossas análises a lente de género é fundamental, como quinta razão, porque sabemos que as relações de poder são mais sofisticadas do que o simples exercício vertical de cima para baixo, exercendo-se também na horizontal,

diluindo-se em micro-poderes e sendo vividas e exercidas de forma tanto objetiva como subjetiva, de modo consciente como inconsciente.

E se a violência sexual, ou a violação como arma de guerra, nos revelam a face mais sinistra destas forma de exercício do poder, mostrando-se como caso limite de um contínuo de opressão, nem por isso se pode deixar de prestar atenção a estas outras formas de submissão mais subtis, vividas de formas diferenciadas e por isso mesmo mais difíceis de ver e de combater.

6) Precisamos de estudos de género, como sexta razão, para que se valorizem os contributos dos feminismos, quer como movimento social, quer pelos seus avanços teóricos e metodológicos, porque foram os feminismos que questionaram as disciplinas estabelecidas, denunciando uma história e uma vida social que valorizavam fundamentalmente os protagonismos no masculino, com ocultação e desvalorização das mulheres. Mas também porque as linguagens plurais do feminismo, que se exprimem nas artes, na cultura, na literatura, na filosofia permitiram a transgressão de fronteiras valorizando estas várias formas de conhecimento da realidade enriquecendo também as abordagens científicas.

7) Em sétimo lugar precisamos de estudos de género, que falem da igualdade entre mulheres e homens, integrando-a numa lógica de igualdade social e de oportunidades. Sabemos que um dos nós centrais da desigualdade entre mulheres e homens se localiza na relação entre a esfera da produção e da reprodução, valorizando-se a primeira, que se associou ao espaço público e ao poder, desvalorizando a segunda remetida para o “desvalor” do privado, embora se teçam loas, mais ou menos hipócritas, ao seu valor “social”, nomeadamente, em fases de retração da natalidade.

Os estudos têm mostrado que existe o desejo, também por parte dos homens, de repartições de tempo mais equilibradas entre trabalho pago e não pago. Mas os ritmos de produção, a desigualdade salarial de base, as ideologias de género impõem a reprodução das desigualdades. Acresce a esta realidade as imposições dos regimes de austeridade e dos cortes em que vivemos nos últimos anos, tempos duríssimos de desregulação e de perda de



direitos, de precariedade, de desemprego, de salários baixos para todos mas em que as mulheres continuam a ser penalizadas com o sobre-trabalho pago e não pago.

Apesar das conquistas recentes que permitem dissociar – agora nos dois sentidos – sexualidade de procriação - esta divisão de esferas para a maioria dos mulheres e dos homens continua a prevalecer constituindo-se como organizador profundo da vida social, estando na origem dos obstáculos à participação feminina na vida esfera política ou a maior igualdade na esfera do trabalho. São limitações à participação que têm graus diferentes de acordo com os contextos sociais, nacionais e à escala global.

Como não falar da importância dos direitos das mulheres num país em que há cerca de 40 anos as mulheres não tinham ainda o pleno direito ao voto, em que as enfermeiras não podiam casar, em que as mulheres não podiam ser juízas, nem procuradoras, em que todas estavam pela lei sob a tutela do pai ou do marido? Como não falar de igualdade entre homens e mulheres, agora à escala global, quando milhões de raparigas e mulheres são traficadas ou morrem às mãos dos seus parceiros?

E há alguma contradição entre defender com a mesma veemência a igualdade entre mulheres e homens, a igualdade e a justiça social, e igualdade de direitos LGBTQA? Na nossa perspetiva nenhuma contradição. Todos radicam na mesmas formas de discriminação: uma definição das pessoas pelos seus atributos relativos à sexualidade e ao seu género e aos seus recursos económicos e financeiros, que estabelece hierarquias em que as que pertencem a uma classe social, a um determinado sexo (masculino) e a uma determinada orientação sexual (heterossexual) são mais valorizados do que outras.

8) Vale a pena ainda sublinhar, **como oitava razão**, que existe hoje importante legislação a nível transnacional e que ela é o resultado da pressão dos movimentos feministas, e de *lobbies* de mulheres, que foram introduzindo na agenda política internacional a questão da igualdade.

De facto vivemos com um conjunto de regras e articulados legais transnacionais – Pequim+15, ONU mulheres, OIT, Convenção de Istambul, legislação europeia de diferentes níveis –



adotadas também nas agendas políticas nacionais, onde constam a promoção da igualdade de género e o combate a várias formas de discriminação.

São leis e fontes de informação importantíssimas que acabam por funcionar como referente com efeitos ideológicos e práticos importantes sobre um conjunto vasto da população: protegem grupos e direitos de uma parte, produzem efeitos de reestruturação cognitiva importante noutros grupos mais resistentes à mudança.

Mas há vários problemas a precaver. Por um lado, a existência destas normas transnacionais e nacionais, podem também reforçar a ilusão de que tudo está garantido e de que a legislação se traduz de facto em igualdade. Por outro lado, sabemos que as inércias e as resistências atravessam vários campos: dos aplicadores e aplicadoras da lei, das culturas organizacionais, às instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança. É o que a experiência da atividade do CIEG tem mostrado em domínios tão diferentes como a aplicação dos planos nacionais para igualdade ou no combate à violência de género.

Os estudos de género são neste plano, mais uma vez necessários, para introduzir reflexividade crítica, capacidade de avaliação e correção das políticas e dos seus efeitos. E sobretudo para contribuir para explicar, através da pesquisa nas diferentes áreas, por que razões o que está na lei não se cumpre na prática, e o que está na base de tantas resistências.

É por isto que o nosso centro tem um curto passado mas espera ter grande futuro. E que possa crescer, desenvolver-se e estender-se para outras áreas científicas, e outras esferas de conhecimento, envolvendo mais colegas, a nível nacional e internacional. Contamos convosco para nos ajudar neste caminho.

Anália Torres

Coordenadora do CIEG

25 de Maio de 2016

